

**FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO
JUNTA DE FREGUESIA**

EDITAL

N.º65/2017

**Nuno Miguel Rodrigues Costa
Presidente da Junta de Freguesia
de São Sebastião**

Torna público em cumprimento do n.º5 do art.10º da Lei n.º24/98 de 26 de maio e alínea s) do n.º1 do art.18º do Anexo à Lei n.º75/13 de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º42/2016 de 28 de dezembro, que alterou a Lei n.º169/99 de 18 de setembro, o relatório de avaliação do Estatuto do Direito de Oposição:

“Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, realizou-se pelas 18.00 horas, nas instalações da Junta de Freguesia de São Sebastião, uma reunião referente ao exercício do Estatuto do Direito de Oposição, onde estiveram presentes os líderes de bancada: BE-Francisco Sousa, PPD/PSD-Paulo Pisco e o Senhor Presidente da Junta – Nuno Costa.

Os líderes de bancada foram informados da referida reunião através de ofício datado a 16 de novembro de 2017.

O Sr. Presidente deu início à reunião, agradecendo a presença dos líderes de bancada, dizendo que a referida reunião tinha um cariz muito importante, passando a apresentar o mapa de evolução da receita explicando que a verba recebida pelos FFF foi insuficiente para as necessidades de uma freguesia com esta dimensão.

Seguidamente, referiu a importância da intensificação da delegação de competências por parte da câmara municipal de Setúbal e a evolução da mesma a partir de 2001, salientando que a mesma teve maior expressividade a partir de 2007 e maior intensidade no ano de 2011.

Mais informou sobre as áreas que estão delegadas a esta freguesia e que os respetivos mapas serão distribuídos na próxima assembleia de freguesia, bem como o orçamento para 2018, mapa do pessoal entre outros.

Seguidamente, fez uma breve explicação sobre mapa comparativo 2017/2018 receita/despesa onde constam as várias orgânicas com que trabalhamos, sendo cinco no total. Mais disse, que a maior parte das verbas recebidas por parte do protocolo delegação de competências são canalizadas para as orgânicas Qualidade do Território e também para a Coesão do Tecido Social, onde se dá primazia ao protocolo que temos com a APPACDM, na inclusão das pessoas com deficiência na vida ativa, nomeadamente na manutenção dos jardins.

O deputado Paulo Pisco questionou o valor de vinte e cinco mil euros inserido na rubrica transferências correntes- orgânica da educação, tendo sido explicado pelo senhor presidente que essa verba seria para expediente e limpeza das escolas.

O senhor presidente da junta explicou que esta reunião ocorreu antes da aprovação do orçamento em reunião do executivo, para que se possam esclarecer dúvidas relativamente ao mesmo e obter opinião e cooperação dos membros da oposição.

Seguidamente, informou os presentes que todos os documentos irão ser enviados antecipadamente por via eletrónica.

O deputado Francisco Sousa disse que ficava a aguardar documentos mais elucidativos sobre o orçamento, para se poder pronunciar.

Seguidamente o deputado Paulo Pisco questionou a data da reunião do executivo onde seria aprovado o orçamento e quando poderia propor alterações ao mesmo.

Usando da palavra, o Sr. Presidente da junta passou a explicar que o orçamento seria analisado no decorrer desta reunião e posteriormente aprovado em reunião de executivo e, só depois seria aprovado ou reprovado em sessão de assembleia de freguesia. Explicou ainda, que o mesmo poderá ser modificado no mês de Abril, altura em que ocorrerá outra reunião do Estatuto do Direito de Oposição para ser incluído o saldo do ano anterior procedendo-se também à primeira revisão orçamental.

Continuando no uso da palavra, o sr. Presidente informou da construção das novas instalações a serem construídas neste mandato, inicialmente o setor operativo e posteriormente a sede da junta. Mais disse, que a grande parte do saldo anterior foi canalizado para esse investimento.

Seguidamente, informou os deputados presentes que irá ser apresentado o projeto das novas instalações na próxima assembleia de freguesia.

O deputado Francisco Sousa questionou sobre quem iria proceder à construção das novas instalações da sede da junta, se seria realizada com mão-de-obra da autarquia ou por alguma empresa.

Respondendo o sr. Presidente da junta que não existia na autarquia mão de obra suficiente para o fazer.

O deputado Francisco Sousa ,interveio novamente para perguntar se as transferências correntes para o movimento associativo seriam suficientes tendo em conta que o valor previsto para 2018 era igual ao ano de 2017.

Seguidamente, o deputado Paulo Pisco questionou o senhor presidente da junta se, quando realizavam obras na autarquia tinham em conta o custo da mão-de-obra do trabalhador afeto à mesma.

Respondendo à questão colocada pelo deputado Paulo Pisco o senhor presidente da junta referiu que tinham em conta esse custo para controlo interno.

Seguidamente, o deputado Paulo Pisco perguntou se existiam algumas normas, ou algum tipo de documento para as coletividades se poderem candidatar aos contratos de programa, tendo sido explicado que existem normas internas para a referida candidatura e a atribuição do respetivo subsidio.

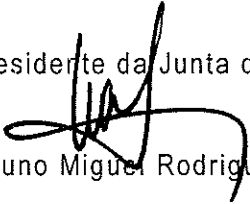
O deputado Francisco Sousa no uso da palavra, questionou se os contratos de programa não fariam com que os clubes se candidatassem para usurparem dinheiro do erário público, ao que o senhor presidente junta respondeu que não cabia à junta de freguesia fiscalizar essa situação mas sim aos sócios.

O deputado Paulo Pisco referiu se existia um controlo sobre a realidade da quantidade de equipas por coletividade, pedindo acesso a um contrato de programa para perceber o funcionamento.

Seguidamente o senhor presidente da junta respondeu que existia esse controlo e informou que iria enviar via mail o referido contrato a todos líderes da oposição.

Por último o senhor presidente da junta mostrou inteira disponibilidade para qualquer tipo de esclarecimento adicional.

Sede da Freguesia de São Sebastião, 12 de dezembro de 2017

O Presidente da Junta de Freguesia,

Nuno Miguel Rodrigues Costa